

Os cursos de Relações Internacionais e as perspectivas profissionais no Brasil¹

Eiiti Sato²

A crescente demanda pelos cursos de Relações Internacionais no Brasil pode ter muitas explicações. Argumenta-se que Relações Internacionais é um campo de estudos que, como já ocorreu com outras áreas, popularizou-se em razão do fato de que, nas últimas décadas, a realidade internacional tornou-se cada vez mais presente no dia-a-dia dos brasileiros. Mesmo sem pensar em argumentos muito estruturados, é inegável que essa percepção tem bastante fundamento na realidade. Na verdade, qualquer que seja a área de atividade – seja nos negócios, na política ou na cultura – evidencia-se de forma crescente a necessidade de se considerar a dimensão internacional dessa atividade. Esse é, sem dúvida, um bom ponto de partida uma vez que é preciso levar em conta que os estudantes, quando ingressam em um curso universitário, estão pensando também em suas perspectivas profissionais, isto é, como haverão de se colocar dentro do mercado de trabalho. Apesar de tudo, para aqueles que se dedicam a estudar e a ensinar sistematicamente a disciplina Relações Internacionais, é preciso ir um pouco além e considerar o panorama mais amplo dentro do qual esse campo de estudos surgiu e vem se desenvolvendo.

O fato é que hoje a realidade internacional bate à nossa porta sob variadas formas. Observamos esse fato não somente quando estamos procurando compreender as grandes questões econômicas, políticas e sociais que nos preocupam, mas até mesmo nas pequenas coisas do nosso cotidiano, invariavelmente, é possível constatar que o meio internacional tornou-se um fator presente e até mesmo condicionante de nosso comportamento e das nossas escolhas. Os padrões de consumo, os hábitos e as atitudes individuais são afetados pela vertiginosa evolução da tecnologia onde a TV por

¹ Este texto foi preparado para servir de base para a apresentação feita para o Curso de Relações Internacionais do Centro Universitário Jorge Amado (Salvador, BA) no dia 17 de abril de 2015.

² Professor de Relações Internacionais do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília. Foi o primeiro presidente da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI) no biênio 2005-2007.

satélite, a *internet* e o telefone celular são apenas as partes mais visíveis de um processo complexo e amplo. Da mesma forma, os mercados e os empregos também são profundamente afetados por essas transformações pervasivas, que não podem ser atribuídas aos americanos, aos japoneses, aos alemães ou, mais recentemente, à expansão comercial chinesa.

De muitas maneiras, a interação entre povos, incluindo-se até mesmo com aqueles mais distantes, está intrinsecamente relacionada com essa revolução continuada e abrangente em nosso modo de vida. Por outro lado, problemas globais como aquelas relacionadas ao meio ambiente, à volatilidade dos fluxos financeiros ou aos fluxos de refugiados e de imigrantes têm se tornado objeto de preocupação de governos, empresas e indivíduos em toda parte. Para alguns países, o terrorismo como forma de ação política e o tráfico internacional de drogas ilícitas tornaram-se um verdadeiro pesadelo, com profundas implicações nos custos sociais e financeiros. Com efeito, as enormes facilidades de comunicação e de transporte de nosso tempo transformaram em atividades verdadeiramente globalizadas o contrabando, o tráfico de drogas proibidas, o tráfico de pessoas, a lavagem de dinheiro e o terrorismo. O fato é que, seja para o estudante e o pesquisador de Relações Internacionais, seja para as pessoas que se dedicam a quaisquer outras atividades, a percepção geral é a de que a realidade internacional deve ser melhor compreendida, independentemente da disposição individual de trabalhar diretamente sobre essa realidade.

Ao longo deste breve ensaio, além de discutir alguns fundamentos das Relações Internacionais como campo de estudo, três pontos deverão ser objeto de análise: 1) por que os cursos de Relações Internacionais surgem no Brasil somente meio século após sua formação como campo de estudo em outros lugares; 2) por que Relações Internacionais deve ser visto como campo de estudo e não como profissão; 3) o que deve ser estudado nos cursos de Relações Internacionais no Brasil. Certamente que os pontos levantados não esgotam o assunto, mas mostram a vitalidade e a grande atualidade dos cursos de Relações Internacionais no Brasil e em toda parte.

RELAÇÕES INTERNACIONAIS COMO CAMPO DE ESTUDO:
UM POUCO DE EPISTEMOLOGIA E DE HISTÓRIA

As relações internacionais como objeto de estudo e de reflexão é tão antigo quanto outros campos do conhecimento. Na *História da Guerra do Peloponeso*, escrita por Tucídides há mais de dois mil anos já é possível encontrar reflexões sobre a natureza da guerra, sobre as dificuldades de se construir alianças e sobre as relações amistosas e inamistosas entre povos vizinhos.³ Na Idade Média, para pensadores como Santo Agostinho (354-430) e Tomás de Aquino (1225-1274) o tema da “guerra justa” era uma preocupação recorrente. Mais tarde, estudiosos como Francisco de Vitória (1483-1546), Grotius (1583-1645), Hobbes (1588-1679), e Kant (1724-1804) foram, ao mesmo tempo, juristas, filósofos e pensadores sociais, mas deixaram obras de reflexão que se tornaram verdadeiros clássicos sobre a paz e a guerra e sobre os esforços dos homens para construir normas e instituições que organizassem a convivência entre povos que passavam a se estruturar na forma de Estados Nacionais.⁴ Assim, desde a Antigüidade, de forma contínua, produziu-se reflexões sobre as relações internacionais, mas estiveram sempre associadas a outras disciplinas como História, Filosofia, Moral, Direito e até Teologia. Foi apenas no século XX – após a primeira guerra mundial – que Relações Internacionais, em sua moderna acepção, teve efetivamente seu início como área distinta do conhecimento organizada na forma de campo de estudo.

Com efeito, os impactos da guerra foram tão amplos e suas conseqüências tão generalizadas que, imediatamente, despertaram o interesse de estadistas e de estudiosos de todo tipo no sentido de melhor entender quais teriam sido as razões que haviam levado a Europa e o mundo a vivenciarem um fenômeno daquelas proporções na-

³ Há uma boa edição de *A História da Guerra do Peloponeso* feita no Brasil, com prefácio escrito por Hélio Jaguaribe (Editora UnB, FUNAG/IPRI & Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002).

⁴ Atribui-se a Jeremy Bentham o emprego do termo “internacional” pela primeira vez em uma obra escrita, referindo-se a “*jurisprudência internacional*” (*Intruduction to Principles of Morals and Legislation*, 1789) Em artigo publicado na revista *Social Text*, N. Polat reproduz o que Bentham explica em nota de rodapé: “... is calculated to express, in a more significant way, the branch of law which goes commonly under the name of the law of nations: an appellation so uncharacteristic, that, were it not for the force of custom, it would seem rather to refer to internal jurisprudence”(Social Text, vol. 18, no. 4, Winter, 2000, pp. 1-23).

quele momento. Os acontecimentos assumiram proporções tais, que extrapolaram de muito os limites das ciências às quais as reflexões a respeito das relações internacionais tradicionalmente apareciam associadas. Essas ciências, por sua vez, ocupadas com muitas outras questões, revelavam-se incapazes de proporcionar instrumentos analíticos em condições de oferecer respostas estruturadas às muitas perguntas que emergiram dos eventos associados à primeira guerra mundial.

Epistemologicamente, um *campo estudo* se forma a partir do esforço de desenvolvimento da capacidade de observação e da busca do entendimento de fenômenos agrupados em categorias ou classes que guardam entre si certas semelhanças e certos aspectos que os distinguem de outros grupos de fenômenos. Um campo de estudo é cultivado, amadurecido e ampliado por meio do desenvolvimento de conceitos, de teorias e de recursos metodológicos próprios que permitem desenvolver a compreensão de forma mais acurada, dos fenômenos que constituem seu objeto de observação. Em outras palavras, a existência de um campo de estudo se justifica como área distinta do conhecimento quando há um claro objeto de estudo, isto é, uma classe de fenômenos suficientemente distintos e que demanda, para que haja uma compreensão mais apropriada, um instrumental teórico e analítico também distinto de outros campos de estudo já existentes.

Na essência, o conhecimento não pode ser separado em campos do conhecimento ou áreas de estudo, no entanto, a prática de se estabelecer diferentes campos do conhecimento se explica pelas dificuldades naturais de se conhecer a realidade em sua totalidade, ou mesmo parte dela quando essa parte se revela demasiadamente ampla. A Biologia, por exemplo, na sua acepção geral é o estudo dos seres vivos e não é preciso muita explicação para entender a utilidade e até a necessidade da existência de campos de estudo como a Zoologia, a Entomologia ou a Biologia Molecular e a Genética. Os fenômenos que correspondem ao mundo dos seres vivos são tantos, tão variados e distintos que acabaram por formar áreas do conhecimento ou campos de estudo específicos, sem cuja existência os avanços dos conhecimentos que temos presen-

ciado sobre Biologia muito provavelmente teriam sido bem mais modestos. Com os fenômenos internacionais ocorreu algo semelhante: as dimensões trágicas da primeira guerra mundial puseram a descoberto a necessidade de aprofundar os conhecimentos a respeito de uma classe de fenômenos que disciplinas mais antigas e abrangentes como a Filosofia Política, a História ou o Direito não tinham e não teriam condições de fazê-lo a contento.⁵ Adicionalmente, em se tratando de uma ciência voltada para o entendimento do comportamento humano, é preciso considerar a dimensão moral das ciências. David Hume, em seu *Tratado sobre a Natureza Humana*, no Livro III, afirma que "[o sentimento] moral excita paixões e produz ou evita ações ... [em contraste] a razão é completamente inerte".⁶ Sob essa ótica, a motivação mais significativa para o surgimento de um campo de estudo distinto seriam os sentimentos morais que os fenômenos compreendidos num determinado campo do conhecimento despertam nos indivíduos e na consciência das sociedades de uma época.

Com efeito, o início das Relações Internacionais como área distinta do conhecimento dentro do mundo acadêmico de nossos dias deu-se no entre-guerras, e a principal motivação estava relacionada com os efeitos da trágica experiência da grande guerra de 1914-1918. A esse respeito E. H. Carr em sua famosa obra *Vinte Anos de Crise* escrevia "a guerra de 1914-18 pôs um fim à opinião de que a guerra é um assunto que afeta unicamente soldados profissionais e, fazendo isso, dissipou a impressão correspondente de que a política internacional podia ser deixada com segurança nas mãos dos diplomatas profissionais".⁷ Esse argumento é desenvolvido em toda a primeira parte do livro sugerindo que o desenvolvimento dos vários ramos das ciências ocorre essencialmente em decorrência de demandas sociais e, nesse sentido, afirma: "é o objetivo de dar saúde que cria a ciência médica, e o objetivo de construir pontes é

⁵ A discussão dessa questão aparece nas obras que tratam da teoria da ciência. Ver p. ex. J. DANCY, *Introduction to Contemporary Epistemology*, Oxford University Press, 1985; R. M. CHRISHOLM, *Theory of Knowledge*, Englewood Cliffs, N. J., 1977.

⁶ Extraído de J. BROACKES in *The Oxford Companion to Philosophy*, T. HONDERICH (ed.), Oxford University Press, 1995, p. 380.

⁷ E. H. CARR, *Vinte Anos de Crise. 1919-1939*. (p. 4.) IPRI-FUNAG, Imprensa Oficial do Estado de S. Paulo & Editora Universidade de Brasília, 2003.

que cria a ciência da engenharia".⁸ Da mesma forma, argumenta E. H. Carr, os efeitos trágicos da guerra de 1914-1918, foram decisivos para que o fenômeno da guerra e a necessidade de compreensão da política internacional passassem a ser objeto de reflexão e de estudo usando-se o instrumental analítico e as práticas da ciência moderna. Outros campos da ciência como economia e sociologia tiveram também motivações semelhantes, muito embora essas motivações não estivessem assentadas sobre acontecimentos tão trágicos. De qualquer modo, as preocupações com a geração de riquezas, com os índices da criminalidade ou com a construção e aperfeiçoamento da ordem social têm proporcionado motivações suficientes para despertar até hoje o interesse dos indivíduos e dos grupos sociais organizados. A motivação primária de Augusto Comte para escrever seu *Curso de Filosofia Positiva*, entre 1830 e 1842, era a de produzir um padrão de sociedade cientificamente organizada.⁹

Nos anos que se seguiram à Conferência de Versailles percebia-se, embora ainda vagamente, que as crises econômica, política e moral do entre-guerras tinham uma essência comum, que era o esgotamento do liberalismo do século XIX e, como consequência, percebia-se também que no substrato das dificuldades e da incapacidade de manejar os conflitos, estava uma crise na reflexão sobre as relações internacionais que havia se diluído na doutrina liberal. A expansão sem precedentes da economia mundial sob a inspiração liberal havia feito desenvolver a sensação de paz e de estabilidade que marcou a segunda metade do século XIX.¹⁰

Ao publicar em 1910 *A Grande Ilusão*, Norman Angell pressentia o retorno do recurso da guerra como instrumento passível de ser empregado pelas nações para promover seus interesses.¹¹ As tensões crescentes manifestas na corrida armamentista refletiam o ambiente internacional cada vez mais tenso e preocupante e é bastante re-

⁸ Idem, p.5

⁹ AUGUSTO COMTE (1798-1857), considerado fundador da Sociologia, foi influenciado por SAINT-SIMON (1760-1825) que também era um entusiasta da idéia de que a lógica da ciência poderia ser aplicada à ordem social. (Ver H. GOUTHIER, *La Jeunesse d'Auguste Comte et la Formation du Positivisme*, Paris, 1931)

¹⁰ Os anos do quarto de século que antecederam a primeira guerra mundial são referidas na história como *belle époque* em razão do ambiente de generalizado otimismo sobre uma cultura cosmopolita em expansão e de uma prosperidade que se acreditava permanente.

¹¹ N. ANGELL, *A Grande Ilusão*. Editora UnB, IPRI/FUNAG & Imprensa Oficial do Estado de S. Paulo, 2002.

velador o fato de Norman Angell colocar o foco da argumentação de sua obra sobre a hipótese de que a guerra não traz benefício algum, mesmo para a nação vencedora. Assim, havia ainda a presunção de que se podia contar com uma base de racionalidade nas guerras em termos de obtenção de ganhos. Em larga medida, uma tal percepção servira de fundamento a pensadores como Benjamin Constant e outros liberais, desde os fins do século XVIII que, mesmo sem o declarar, traziam implicitamente em suas formulações o pressuposto de que o comércio era uma alternativa para a guerra.¹² Assim, parecia cada vez mais claro que o estudo das relações internacionais demandaria bem mais do que simplesmente discutir políticas equivocadas e hesitações ou precipitações de governantes pouco habilidosos. Era preciso rever as bases intelectuais que fundamentavam as visões a respeito das relações internacionais.

Uma forma de fazer essa revisão seria tornando o estudo das relações internacionais algo sistemático e institucionalmente organizado como um campo da ciência em bases modernas. Nesse sentido, foi muito importante a iniciativa tomada ao final da Conferência de Versailles por integrantes das delegações britânica e americana, promovendo uma reunião com o propósito de organizar uma sociedade anglo-americana para o estudo da política internacional.¹³

Arnold Toynbee, em suas memórias, relata que nos dias em que a Conferência de Versailles chegava ao fim, houve uma reunião no Hotel Majestic, onde se hospedava a delegação britânica, que verdadeiramente teria lançado as sementes para a organização do estudo científico das relações internacionais em bases institucionalizadas nas universidades e centros de pesquisa.¹⁴ A reunião fora convocada por Lionel Curtis e todos os integrantes das delegações americana e britânica foram convidados. O encontro, no entanto, deveria interessar especialmente aos delegados que não pertenciam ao corpo diplomático permanente do *Foreign Office* e do Departamento de Estado

¹² O argumento do “suave comércio”, isto é, de que as relações econômicas e comerciais promovem a paz, teve a contribuição de pensadores como Vico, Montesquieu e Kant, além, naturalmente, da longa tradição liberal.

¹³ O relato desse episódio foi extraído de E. SATO, *Relações Internacionais: a Importância da Reflexão Teórica*. Revista de Economia e Relações Internacionais (FAAP). Vol. 5, nº 9, jul/2006 e foi aqui reproduzido, com algumas poucas modificações.

¹⁴ A. TOYNBEE. *Experiências*. Editora Vozes, Petrópolis, 1970. (Capítulo 5, *Trinta e Três anos em Chattan House*).

uma vez que, com a Conferência de Versailles, oficialmente a guerra chegava ao fim e, diante desse fato, o propósito mais imediato da reunião era o de discutir qual seria o destino profissional desses oficiais temporários. A maioria deles era composta de especialistas – como o próprio Toynbee – que haviam se juntado às suas chancelarias como parte do esforço de guerra e que, agora, deveriam tomar um outro destino. A alguns foi oferecida a oportunidade de assumir postos como diplomatas do quadro permanente mas, para a grande maioria, o término da Conferência significava simplesmente retornar às atividades que exerciam antes da guerra ou buscar um novo rumo profissional.

Lionel Curtis havia observado que os anos de guerra e as discussões e negociações ao longo dos dias da Conferência haviam proporcionado uma experiência marcante para aqueles especialistas que haviam, em virtude dessas experiências, desenvolvido uma percepção profundamente original a respeito da guerra, da paz e da realidade internacional. Assim, na agenda da reunião constava uma proposta bastante prática: a criação de uma sociedade anglo-americana para o estudo científico das questões internacionais. A idéia era a de que essa sociedade deveria promover o estudo e a reflexão, tanto quanto possível, em bases científicas, sobre as relações internacionais. Com esse propósito, deveriam ser atividades típicas dessa sociedade a realização de encontros entre especialistas, a discussão sobre aspectos epistemológicos da área, o desenvolvimento da pesquisa e a publicação de material informativo e de análises sobre temas e questões da política internacional. A iniciativa que surgira como um projeto anglo-americano conjunto, no entanto, rapidamente revelou-se bem mais fácil de ser administrado se fosse separado em duas sociedades, uma americana e outra britânica que, no entanto, cooperassem intensamente entre si. Assim, logo no início da década de 1920, foram criados o *Council on Foreign Relations*, com sede em Nova York, e o *Royal Institute of International Affairs*, que ficou conhecido como *Chatham House*, com sede em Londres.¹⁵

¹⁵ A origem dessas duas instituições em termos semelhantes é mencionada também por CRIS BROWN em *Understanding International Relations* (Macmillan Press, London, 1997. p. 24)

Para que pudesse ser preservado o caráter científico dos trabalhos, tudo deveria ser feito de maneira “apartidária”, isto é, sem que estivessem vinculados a preferências partidárias e à política oficial, ainda que recebessem algum auxílio governamental.¹⁶ A evolução da iniciativa, tal como ocorre em outras ciências sociais, iria mostrar o quanto seria difícil fazer com que esse propósito fosse plenamente atingido pois, tal como já foi comentado, em assuntos como esse, a mente humana tem enorme dificuldade para se comportar de forma totalmente isenta de sentimentos, emoções e propósitos considerados desejáveis. Durante muito tempo, o próprio *Foreign Office* teve grande dificuldade em admitir a existência daquele corpo estranho, com gente estranha à chancelaria, fazendo perguntas e investigando documentos e arquivos oficiais. De qualquer modo, olhar as questões internacionais sob esse ângulo de preocupação não se constituiu apenas numa novidade, mas provou ser verdadeiramente um passo fundamental para dar início à sistematização do conhecimento sobre as relações internacionais nas bases praticadas até nossos dias. Que os governos viessem a se valer dos estudos realizados por essa sociedade era até mesmo desejado pois, afinal, a matéria é política por natureza e, na verdade, a motivação básica que levava a tomar aquela iniciativa era a de que o estudo da realidade internacional, de modo consistente e isento de pressões de interesses circunstanciais, seria um elemento fundamental para que os governos produzissem políticas mais sensatas e capazes de evitar tragédias como aquela que o mundo acabara de viver.

As duas instituições passaram a servir de várias formas à promoção dos estudos sobre a política internacional, contudo ganharam especial notoriedade por duas atividades bastante complementares. A entidade americana passou a publicar a revista *Foreign Affairs*, que veio a tornar-se o periódico mais conhecido e tradicional sobre política internacional enquanto a *Chatham House* decidiu organizar e produzir um rela-

¹⁶ “A ação internacional é política, e o trabalho científico não será genuinamente científico a menos que a política seja mantida fora dele. Portanto, o primeiro artigo de constituição de nossa sociedade deveria estabelecer que a sociedade não teria, enquanto corporação, qualquer política, embora evidentemente isto não restringisse a liberdade de seus membros de, individualmente, favorecer o promover esta ou aquela (política) ... enquanto cidadãos e votantes” (Arnold Toynbee sobre a constituição da sociedade anglo-americana para promover o estudo científico das relações internacionais. A. TOYNBEE, *Experiências*, op. cit. p. 71)

tório periódico intitulado *Survey of International Affairs*, que teve Toynbee como responsável pela edição por mais de trinta anos e no qual apresentava uma visão panorâmica das principais questões em debate nas relações internacionais. Eram iniciativas que se complementavam e também serviam de base para, juntamente com encontros e seminários, congregar e difundir o interesse pelo estudo das questões internacionais.

Simultaneamente, acompanhando esse ambiente de crescente interesse pelo estudo sistemático da política internacional, algumas universidades britânicas e americanas criaram cadeiras voltadas para o ensino e a reflexão sobre relações internacionais, como foi o caso da cadeira Woodrow Wilson de Política Internacional da Universidade de Aberystwyth à qual E. H. Carr estava associado quando escreveu *Vinte Anos de Crise*. Geralmente essas cadeiras eram patrocinadas por magnatas como Andrew Carnegie e John D. Rockefeller que, por meio de fundações, destinavam consideráveis recursos para projetos voltados para ações humanitárias e a promoção da paz. O interesse de Andrew Carnegie pela promoção da paz, por exemplo, era tão grande que criou uma fundação especificamente voltada para esse propósito.¹⁷ Por meio dessa fundação, patrocinou cátedras e bibliotecas voltadas para o estudo e a pesquisa sobre arbitragem e outras formas de resolução pacífica de controvérsias. Forneceu também recursos para a construção de muitos edifícios públicos para abrigar iniciativas e instituições voltadas para a paz como o Palácio da Paz, na Haia, o Templo da Paz em S. José da Costa Rica e o Pan-American Union em Washington. O Palácio da Paz abriga até hoje a Corte Internacional de Justiça da ONU e o edifício Pan-American Union serve de sede para a Organização dos Estados Americanos (OEA). O brasileiro Otto Prazeres, acreditado como jornalista junto à Conferência de Versailles, ao retornar ao Brasil, escreveu um livro sobre a Liga das Nações e o dedicou a Andrew Carnegie “que era o maior apóstolo da paz nos tempos modernos”.¹⁸

¹⁷ Trata-se da *Carnegie Endowment for International Peace* e essa fundação existe até hoje (B. WHITAKER. *The Foundations. An Anatomy of Philanthropic Bodies*. Penguin Books, Harmondsworth, U.K. 1974. pp. 75-6).

¹⁸ O. PRAZERES. *A Liga das Nações*. Imprensa Nacional, R. de Janeiro, 1922 (pag. v).

Esses episódios revelam como o interesse pelo estudo das relações internacionais se generalizou em especial no mundo anglo-saxão movido pela premissa de que o estudo sistemático, usando-se os recursos do pensamento científico, poderia ser um instrumento útil para tornar a política internacional menos conflituosa e mais previsível e, dessa forma, evitar catástrofes como a da primeira guerra mundial. O fato é que a partir da década de 1920, o estudo das relações internacionais como disciplina acadêmica estruturada disseminou-se pelas universidades norte-americanas e europeias, especialmente na Inglaterra. A segunda guerra mundial e o ambiente de tensão que se seguiu com a guerra fria e o surgimento da era nuclear trouxeram maior vigor e dramaticidade ao estudo da disciplina, trazendo também uma nova geração de autores como Hans Morgenthau e Reinhold Niebuhr nos Estados Unidos, Martin Wight e Hedley Bull na Inglaterra, e Raymond Aron na França. Até o período da história mundial que ficou identificado como guerra fria, o estudo das relações internacionais permaneceu uma disciplina fortemente concentrada na Europa e EUA.

A partir desse entendimento sobre a trajetória inicial da disciplina é possível inferir que, em grande medida, o reavivamento e a generalização do interesse pelo estudo das relações internacionais verificado desde a década de 1990, em especial no Brasil, pode ser comparado ao que ocorreu no entre-guerras quando o que Hans Morgenthau chamou de "ciência da política internacional" estabeleceu-se como área distinta do conhecimento no mundo universitário moderno.¹⁹ A globalização, apesar de não ser um fenômeno tão dramático quanto o foi a primeira guerra mundial, teria trazido uma nova onda de interesse pelos estudos das relações internacionais, inclusive para nações como o Brasil, relativamente distante dos trágicos acontecimentos mundiais do século XX, e com uma cultura social e política de caráter profundamente *inward looking*, isto é, auto-centrada e predominantemente voltada para a realidade doméstica.

¹⁹ H. J. MORGENTHAU, dedica o capítulo dois de seu livro à explicação de seu propósito de construir uma ciência da política internacional "... visto que a finalidade de todos os empreendimentos científicos consiste em descobrir as forças subjacentes aos fenômenos sociais e o modo como elas operam" (p. 29). *A Política entre as Nações. A Luta pelo Poder e pela Paz*. (Capítulo II) Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais/FUNAG, Imprensa Oficial do Estado de S. Paulo & Editora Universidade de Brasília, 2003.

CAMPO DE ESTUDO E MERCADO DE TRABALHO PARA
RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO BRASIL

O surgimento dos cursos de Relações Internacionais no Brasil, meio século depois do aparecimento das primeiras cadeiras voltadas para o estudo da disciplina na Europa e nos Estados Unidos, de fato, está bastante relacionado com as mudanças na ordem internacional ocorridas nas décadas finais do século XX. Embora os diplomatas, por dever de ofício, já estudassem a matéria desde muito tempo, e mesmo no âmbito da academia houvesse especialistas que já se dedicavam ao estudo das questões internacionais, efetivamente o primeiro programa estruturado em torno de um curso regular ocorreu somente em 1974, na Universidade de Brasília.²⁰ Dez anos depois foram criados os programas de pós-graduação em Relações Internacionais na UnB, em Brasília, e na Pontifícia Universidade Católica, no Rio de Janeiro. Apesar de tudo, o interesse pelo estudo da disciplina passou a se disseminar mais amplamente na sociedade brasileira apenas a partir dos fins da década de 1980, com a percepção de que para qualquer que fosse a atividade profissional ou o empreendimento a ser conduzido, as relações com o meio internacional haviam se tornado uma dimensão essencial.

A longa trajetória percorrida pela disciplina Relações Internacionais, até sua organização como campo de estudo reconhecidamente estruturado, mostra que a existência de um curso universitário não pode ser justificado apenas pelo entendimento corrente, que vê a utilidade de um curso universitário apenas quando entende haver correspondência com atividades profissionais específicas a serem exercidas no mercado de trabalho. Por esse entendimento, um curso de Direito somente se explicaria pela profissão de advogado ou pela carreira da magistratura. Da mesma forma, os cursos de Economia, de Sociologia ou de Relações Internacionais só se explicariam pela existência de um campo de trabalho profissional correspondente. Apesar de tudo, o pro-

²⁰ O Instituto Rio Branco, responsável pela seleção e formação dos diplomatas brasileiros, foi fundado em 1945. No âmbito da sociedade civil, em 1954, no Rio de Janeiro foi criado o Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI), que passou a publicar regularmente, em 1958, a *Revista Brasileira de Política Internacional (RBPI)*. A publicação guardava muita semelhança com a *Foreign Affairs* trazendo artigos de acadêmicos, jornalistas especializados e de oficiais do governo. Em 1993, o IBRI foi transferido para Brasília reformulando suas características e atividades e também dando um novo formato à *RBPI*, colocando-a entre as revistas científicas brasileiras reconhecidas no mundo acadêmico nacional e internacional.

blema é que, no mundo real, *a grande maioria dos cursos universitários não corresponde a profissões, são apenas campos de estudo ou áreas do conhecimento.*

No entanto, com muita razão, o destino profissional do graduado sempre foi objeto de preocupação tanto de professores quanto dos estudantes. As respostas das instituições é que têm sido infeliz ao tentarem caracterizar um campo profissional específico para cada curso universitário, mesmo que para isso seja necessário distorcer a visão sobre a realidade. Esse tipo de resposta tem sua origem na cultura social predominante no Brasil, onde há uma exagerada preocupação em regulamentar tudo, inclusive as atividades e o exercício profissional. Com efeito, a realidade de que nem sempre campo de estudo corresponde a profissão não é reconhecida pelas instituições brasileiras, públicas ou privadas que, baseadas no pressuposto equivocado de que existe essa congruência, organizam concursos públicos e outros processos seletivos, estabelecem formas de recompensar e de promover e justificar a ascensão profissional e estabelecem obrigatoriedades de registros sindicais. Por sua vez, as leis do País, na grande maioria das vezes, estabelecem a exigência de diplomas específicos para o desempenho de funções para as quais pessoas de formação variada poderiam estar perfeitamente preparadas para o cargo. É fato que, em alguns casos, a exigência de diplomas específicos tem por objetivo proteger a sociedade de eventuais imperícias por parte do profissional mas, infelizmente, na maioria das vezes, a exigência de diplomas específicos tem apenas o propósito de “reservar mercados de trabalho” e, ao final, o efeito real mais significativo acaba sendo a promoção da expansão do mercado de cursos de graduação universitária na área. No mundo real, não existe um mercado de trabalho específico de “historiador” para quem estuda História, da mesma forma que não existe o de “sociólogo” ou o de “economista” para quem estuda Sociologia ou Economia. Efetivamente História, Sociologia, Economia ou Relações Internacionais não correspondem a profissões, correspondem a *áreas do conhecimento*. Obviamente, isto não quer dizer que não hajam profissionais que realmente trabalham com análise econômica, sendo, portanto, economistas, ou sociólogos que trabalham com programas

que exigem “expertise” em Sociologia. Mas a proporção não chega a constituir, efetivamente, um mercado de trabalho.

Um exemplo interessante que ilustra bastante bem esse mal-entendido referente ao sentido da educação universitária e o mercado de trabalho, é o caso dos cursos de Direito. Com efeito, mesmo em uma área bastante tradicional e bem “regulamentada” como é o caso do Direito, é possível observar que o destino profissional de seus estudantes sempre se revelou variado, não se restringindo apenas à prática da advocacia ou da magistratura. Mesmo sem recorrer a dados precisos, é possível afirmar com segurança de que há muito mais graduados em Direito atuando em outras áreas profissionais do que especificamente na advocacia ou na magistratura, bastando para isso considerar a enorme quantidade existente de cursos de Direito no País. Os números do Ministério da Educação mostram que existem hoje mais de 500 mil estudantes matriculados em cursos de Direito no Brasil. Essa cifra indica que, anualmente, pelo menos cerca de 100 mil novos bacharéis em Direito entram no mercado de trabalho. A conclusão é bastante óbvia: é impossível para o mercado de trabalho de advogados e de magistrados absorver continuamente um tal contingente de graduados em Direito.

Por essa simples razão, os cursos de Direito, para estarem em harmonia com o mercado de trabalho não deveriam ser “profissionalizantes”, isto é, voltados apenas para o ensino das práticas jurídicas específicas, mas deveriam preparar seus estudantes para integrar o mercado de trabalho mais amplo, que não é especializado, mas que pode aproveitar muito bem a sensibilidade e as percepções desenvolvidas por alguém que estudou e aprendeu com os grandes mestres do Direito. Durante muito tempo os cursos de Direito foram o grande celeiro na formação de profissionais de alto nível tanto para o serviço público quanto para a iniciativa privada. Eram cursos que tinham por base os conhecimentos jurídicos, mas transcendiam de muito os limites do Direito, constituindo-se em verdadeiros cursos de formação em humanidades, capazes de tornar os estudantes aptos a atuar com competência e discernimento em muitos domínios profissionais. Dessa forma, ao longo de muito tempo, boa parcela de diplomatas, jornalistas, gestores e empreendedores eram graduados em Direito. Mesmo do ponto

de vista do exercício profissional como advogado ou como magistrado, os ensinamentos dos grandes mestres do Direito é que podem tornar um bacharel em Direito um profissional diferenciado. Em síntese, são os mesmos ensinamentos dos grandes mestres que habilitarão o bacharel em Direito a exercer com desenvoltura tanto a advocacia e a magistratura quanto outras atividades profissionais para as quais alguém com boa formação em Direito pode realizar.

Especialmente em um mundo que se transforma a olhos vistos e se internacionaliza cada vez mais, não serão as técnicas jurídicas que o ajudarão a se defrontar com os casos não convencionais, cada vez mais presentes nos negócios, nas questões públicas e mesmo na esfera civil. Em todas as esferas do conhecimento a leitura dos grandes mestres e das obras consideradas “clássicas” no Direito e em áreas correlatas é aquilo que torna o estudante capaz de compreender o sentido e os significados das coisas e dos fatos. A compreensão do sentido dos valores sociais e morais como *justiça, competência, responsabilidade* ou *liberdade* continua sendo uma tarefa muito difícil, entre outras razões, porque geralmente valores como esses são desafiados em circunstâncias pouco claras e mescladas com outros valores concorrentes, na maioria das vezes posto à prova nossa capacidade de *discernimento*. O bom domínio do lado “prático” das questões pode ser útil e mesmo necessário em questões mais corriqueiras, mas será de muito pouca utilidade nas questões mais sutis e mais fundamentais. A monumental obra de Johann Sebastian Bach não foi fruto de seu domínio do clavicórdio como instrumento de expressão de sua musicalidade. Embora fosse uma habilidade importante, seria apenas uma técnica não fosse a capacidade de Bach de captar significados e sentimentos contidos nas Escrituras Sagradas, harmonizando-os em sinfonias capazes de tocar a percepção e a sensibilidade dos homens e dos povos por meio da música.

Se isso é verdade, algumas questões se afiguram inevitáveis: 1) qual deveria ser a motivação dos estudantes para procurarem um determinado curso como Relações Internacionais? 2) o que os estudantes deveriam esperar aprender e estudar em um curso como esse? 3) finalmente, como conseqüência inevitável, como se relacionar com

o mercado de trabalho, uma vez que, inevitavelmente, uma vez formado no curso, o estudante terá que buscar trabalho?

A escolha de uma área do conhecimento deve refletir o interesse que cada um tem por assuntos e por temas. Nem sempre esse interesse aparece de forma muito clara, mas não quer dizer que não exista. Na realidade, as pessoas podem se interessar por uma infinidade de coisas, mas o que geralmente aparece de forma clara são os assuntos e temas pelos quais esses interesses e curiosidades se manifestam de maneira mais definida. De qualquer maneira, as chances de fracasso aumentam muito quando a escolha por um curso universitário é feita baseado apenas na idéia de que por meio daquele curso universitário estará ingressando num mercado de trabalho promissor. Do mesmo modo que não se pode escolher uma namorada/namorado apenas pela posição social ou pelo patrimônio acumulado, na esfera do conhecimento e da vida profissional também não se pode escolher um curso, um campo do conhecimento, apenas por supostas oportunidades de mercado. Estudar exige um tipo de dedicação que pode tornar as pessoas bastante infelizes quando não coincide com as motivações e os interesses, que são impulsos individuais e de natureza bastante íntima. Talvez nesse fato resida boa parte da explicação para os elevados índices de evasão dos cursos superiores no Brasil.²¹

As pessoas se interessam por assuntos e por temas diferentes e esse interesse pode ter origens muito variadas. O mundo animal e o que acontece nele é o objeto de observação da Zoologia sendo, portanto, natural que aqueles que têm interesse e curiosidade pelo mundo animal estudem Zoologia. Do mesmo modo, os que se interessam e sentem curiosidade pelos fenômenos internacionais como a guerra e a paz, a interação entre culturas e povos ou estão preocupados com a deterioração da qualidade do meio ambiente e com outros problemas globais do mundo moderno, é natural que procurem cursos de Relações Internacionais e não outro curso apenas porque, supostamente, “há mercado de trabalho”. Isto nos leva à primeira parte da resposta às ques-

²¹ Em relatórios recentes do Ministério da Educação, os números indicam que, na média, cerca de um terço dos estudantes matriculados nas universidades públicas brasileiras abandonam seus cursos antes de os concluir.

tões levantadas: estudamos alguma coisa, algum assunto, porque simplesmente temos interesse e afinidade com esse assunto. Curiosidade e afinidade já seriam motivos suficientes, mas podem haver muitos outros motivos para que nosso interesse se volte para um tema, para um assunto: podemos estar chocados com alguns acontecimentos, podemos estar preocupados com a proteção internacional de indivíduos e grupos alvos de violações de direitos humanos, podemos estar interessados em buscar explicações para o fato de que há nações ricas e bem sucedidas enquanto outras fracassam e permanecem pobres, etc. Muito embora entre esses motivos possa estar também a tentativa de colocar-se vantajosamente no mercado de trabalho, na maior parte do tempo, apenas nos sentimos bem estudando algo quando o tema desperta algum interesse ao nosso entendimento, quando a leitura de alguma obra ajuda a esclarecer algum ponto sobre o qual temos nos preocupado. O mercado de trabalho para quem estuda Relações Internacionais não é específico. Ao decidir estudar esse assunto, embora não esteja fazendo uma escolha por uma profissão, inevitavelmente o estudante estará fazendo uma escolha por um campo de trabalho dentro do qual os conhecimentos sobre o que ocorre no mundo, em suas muitas facetas, são relevantes. Um entomólogo não estuda a vida dos insetos porque acha que poderá, por meio desse estudo, descobrir algum elixir milagroso ou a cura para um tipo de câncer. Embora possa até ocorrer uma descoberta nesse sentido, sua motivação original foi, por certo, sua curiosidade, seu interesse pelo assunto. O ornitólogo Helmut Sick esteve em Brasília há alguns anos atrás, quando a Universidade de Brasília estava cuidando da edição seu livro.²² Sick contava que muitos cientistas, com os quais havia se relacionado, tinham começado suas carreiras como simples praticante de “*birdwatching*” por admirar a beleza dos pássaros e pela sua intrigante variedade.²³ Depois tornavam-se ornitólogos, isto é, es-

²² O livro mais importante de Helmut Sick (1901-1991) “*Ornitologia Brasileira*” foi publicado pela Editora Universidade de Brasília em 1984 e trazia o registro e as características de mais de 2.000 espécies de aves brasileiras, algumas delas identificadas pela primeira vez pelo próprio autor. Na obra destacam-se os desenhos feitos pelo naturalista e desenhista francês Paul Barruel (1901-1982)

²³ A observação de aves (*birdwatching*) é uma atividade tipicamente amadora, praticada apenas pelo prazer de observar as aves. Existem muitas sociedades de *birdwatching*, inclusive no Brasil, que organizam excursões e encontros com essa finalidade.

tudiosos capazes de organizar cientificamente os conhecimentos sobre o mundo dos pássaros.

Um exemplo interessante é o caso do estudo de línguas estrangeiras. É muito raro encontrar alguém que tenha se interessado em estudar um idioma estrangeiro pensando em exercer a profissão de tradutor. Com toda a certeza, a esmagadora maioria das pessoas estuda algum idioma estrangeiro pelos mais variados motivos e não apenas com o propósito de seguir a carreira profissional de tradutor, de guia turístico, ou algo semelhante. Estuda-se línguas estrangeiras para usá-las na comunicação corrente em muitas circunstâncias: para facilitar e tornar suas viagens ao estrangeiro mais proveitosas e agradáveis, para aumentar seu acesso à cultura, para aumentar sua autoestima, etc. Alguém que viaja ao exterior e domina bem ao menos a língua inglesa, se sente muito mais seguro, mais confiante, e mais capaz de melhor aproveitar a viagem; e esse fenômeno certamente continua sendo verdadeiro mesmo nos casos em que a pessoa seja muito rica e possa contratar tradutores para acompanhá-la todo o tempo. Entre outros produtos do esforço de estudar algum idioma estrangeiro estará, com certeza, a melhoria nas suas possibilidades de conseguir um bom emprego e, quem sabe, até mesmo a possibilidade de, no futuro, encontrar muita satisfação e sucesso em fazer trabalhos de tradução ou desempenhar alguma atividade profissional para a qual o domínio de línguas estrangeiras esteja em sua essência. Dessa forma, parece bastante natural que os graduados em Relações Internacionais, tal como ocorre com tantas outras opções de curso oferecidas hoje pelas instituições universitárias, tenham dificuldade de estabelecer uma relação simples e direta com seu engajamento profissional no futuro.

Quanto à questão de o que estudar, a resposta é muito simples, embora sempre incompleta. Para se penetrar no universo de uma área do conhecimento é preciso avançar em duas dimensões: a primeira dimensão, mais imediata e que, no fundo, explica nossas motivações primárias, refere-se aos fenômenos que observamos. No caso de Relações Internacionais pode ser um conflito, pode ser a demanda por direitos reclamada por grupos sociais discriminados, pode ser a promoção da justiça e de outros

valores internacionais, podem ser as preocupações com problemas globais emergentes, com a distribuição da riqueza entre as nações, etc. Enfim, as motivações e temas que nos interessam podem ser muitos e, geralmente aparecem juntos, compondo um verdadeiro mosaico de preocupações. A outra dimensão refere-se à familiarização com o instrumental analítico, ao qual nos referimos genericamente como teoria, mas que envolve a familiarização com conceitos e com muitos outros recursos que ajudam a organizar os conhecimentos em qualquer área: métodos, abordagens teóricas, referenciais históricos, padrões comparativos e conhecimentos essenciais de disciplinas conexas.

Essas duas dimensões precisam andar juntas: do mesmo modo que é necessário estar atualizado quanto aos acontecimentos mais recentes envolvendo o objeto de observação, é preciso também que o instrumental analítico (notadamente abordagens teóricas e métodos de observação) seja atualizado constantemente. Os fatos e as instituições que observamos evoluem e se transformam e é preciso que nossos instrumentos de observação mantenham sua capacidade de captar adequadamente os acontecimentos, mudando e inovando quando necessário. Desde a segunda guerra mundial alguns eventos notáveis marcaram as relações internacionais evidenciando mudanças e transformações importantes: o surgimento das Nações Unidas e da era nuclear, a ascensão e declínio do fenômeno da guerra fria, a fragmentação de nações importantes, a globalização dos negócios, entre tantos outros. Nesse quadro, apenas para enfatizar um aspecto central, a agenda internacional deixou de se concentrar nas questões de segurança e introduziu muitos outros temas, o que, obviamente, trouxe consigo inúmeras novidades no que se refere ao instrumental teórico e conceitual. Em suma, é tão importante estar bem informado a respeito dos acontecimentos referentes ao nosso campo de observação quanto estar apto a usar com propriedade os recursos teóricos e metodológicos que nos permitem organizar e dar sentido às nossas observações.

Apesar de tudo, são freqüentes os casos de cursos que pretendem ser possível separar o lado “prático” do estudo – que se refere à observação dos fatos correntes – dos estudos “teóricos” – que se referem ao desenvolvimento de nossa capacidade de

compreender significados e de organizar os conhecimentos observados no mundo dos fatos. Nos cursos em que essa separação é proposta, o entendimento é que o ensino da “prática” coloca seus estudantes melhor direcionados para o mercado de trabalho, enquanto a “teoria” é entendida como abstração sem aplicação e sem utilidade no mundo real. Uma percepção que, obviamente, é equivocada.

Um curso universitário é, antes de mais nada, um esforço de educação do intelecto. Da mesma forma que o corpo humano pode ser preparado e treinado no desenvolvimento de certas capacidades como força, resistência e capacidade respiratória, também a inteligência pode ser educada em muitas capacidades importantes e, neste caso, essa educação do intelecto é proporcionada por meio do estudo dentro de uma área do conhecimento. Por meio dessa área do conhecimento desenvolvem-se habilidades ou capacidades essenciais para quaisquer circunstâncias, entre elas o discernimento e a capacidade de obter, organizar e interpretar informações. São habilidades necessárias para o exercício de qualquer profissão ou de qualquer função. Uma negociação diplomática, a elaboração de uma estratégia empresarial, a preparação de um projeto de lei, ou mesmo a elaboração de um relatório são atividades que têm em comum a necessidade dessas habilidades que podem ser desenvolvidas por meio da educação do intelecto estudando-se Economia, História, Direito ou quaisquer outras área do conhecimento.

Outro ponto interessante é o fato de que, na atualidade, todo o mercado de trabalho se transforma tão rapidamente que a própria idéia de especialização tornou-se anacrônica. Por exemplo, houve tempo em que a chave para um futuro profissional bem remunerado e seguro era tornar-se especialista em algo como “programação de computador”, no entanto, o que ocorreu é que a evolução dos computadores pessoais e dos *softwares* já instalados nesses computadores transformou, virtualmente, os usuários de computador em potenciais programadores eliminando, dessa maneira, a necessidade das organizações terem “programadores” em seus quadros de funcionários. Desenvolvimentos desse tipo ocorreram e ocorrem o tempo todo, de uma forma ou de outra, em todas as áreas de atuação profissional, produzindo uma realidade bastante

inquietante para todos que vêm em seu futuro próximo a perspectiva de terem de buscar seu espaço nesse mercado. O fato é que, muito embora a retórica corrente continue falando em “especialização”, essa noção deixou de ser sinônimo de segurança no mercado profissional. Até mesmo quando uma especialidade está “protegida” por uma regulamentação profissional, é impossível sobreviver com sucesso sem participar ativamente da evolução e das transformações que ocorrem na sociedade e em seu próprio meio. O resultado é que, mesmo os cursos mais tradicionais, especialmente aqueles mais especializados, passam por reformulações e por verdadeiras crises de identidade tentando conviver com mudanças tão rápidas que, em ciclos de apenas alguns anos, vêm seus currículos tornarem-se obsoletos. Na ânsia de se manterem atualizados, alguns cursos mais afoitos – ou mais severamente afetados por esse mundo em transformação – têm promovido sucessivas reformas em seus currículos num espaço de tempo menor do que o período regular de permanência do aluno no curso, com óbvias conseqüências nefastas para a formação universitária.

Essa inquietação profissional, portanto, não atinge somente os futuros formandos de Relações Internacionais. Na verdade, o meu entendimento é que as características da área de Relações Internacionais fazem dela uma dessas áreas que mais facilmente se apresentam adequadas às exigências desse mundo em rápida transformação justamente por não ser especializada e, além disso, ser de natureza essencialmente multidisciplinar e, em larga medida, ter como preocupação constante a preparação do estudante para compreender e conviver com a mudança. Além disso, também há os movimentos cíclicos da economia, isto é, as dificuldades de emprego são hoje, infelizmente, um fenômeno que afeta a todos os ramos profissionais e não somente aqueles que estudam Relações Internacionais. A crise que, de tempos em tempos, se abate sobre a economia internacional (e nacional) dificulta a criação de empregos em toda parte e para todo tipo de profissional. Especificamente referente à área de Relações internacionais no Brasil não existem estatísticas, mas o que é possível dizer é que, com raras exceções, os egressos do Curso de Relações Internacionais da UnB de que tenho tido notícias, têm se encaminhado profissionalmente com muito sucesso para a di-

plomacia, para a atuação em organismos internacionais, para as agências de governo e até mesmo para o mercado de trabalho em cidades como São Paulo e outras capitais do País, onde a iniciativa privada se destaca na oferta de empregos. A quantidade crescente de diplomatas oriundos dos cursos de Relações Internacionais não decorre da hipótese de que esses cursos os preparem melhor para os exames de ingresso para essa carreira, mas do fato mais óbvio de que os estudantes que procuram os cursos de Relações Internacionais são aqueles mais naturalmente sensíveis e interessados nessa particular esfera de atividade profissional.²⁴ Uma parte significativa dos graduados em Relações Internacionais também têm prosseguido seus estudos em nível de pós-graduação no Brasil e no exterior. O que se pode concluir é que em qualquer tempo e em qualquer parte o indivíduo bem preparado com senso de iniciativa e com boa capacidade de discernimento será sempre disputado seja pelo mercado privado de trabalho, seja pelas instituições e organizações oficiais nacionais e internacionais.

Nesse particular, especialmente nos dias de hoje, cabe fazer a ressalva de que para as carreiras públicas (entre elas a própria diplomacia) o ingresso é feito por meio do concurso público que, infelizmente, passou a ter muito pouco a ver com a boa formação universitária. Os concursos públicos em sua grande maioria são universais e o grau universitário, quando exigido, não passa de um requisito formal como pode ser a idade ou o título de eleitor. Nesses concursos, por sua natureza e amplitude, não avaliam aspectos essenciais proporcionados por uma boa formação universitária: capacidade de discernimento, iniciativa, sensibilidade para percepção de problemas e de oportunidades, etc. Talvez mais importante, os concursos públicos não avaliam nem o interesse e nem as habilidades ou os traços de personalidade que fariam do candidato um profissional de sucesso naquele cargo. As provas escritas são as mais importantes e, nessas provas, sobretudo em virtude do receio de contestação judicial dos resultados, os concursos concentram-se em conhecimentos “objetivos”, isto é, conhecimentos que não dependem de juízos e de percepções que, na verdade, são as formas pelas

²⁴ Há dados não oficiais de que existem hoje cerca de 120 diplomatas em atividade, que são oriundos apenas do Curso de Bacharelado em Relações Internacionais da UnB, mas obviamente deve haver um número até maior de diplomatas egressos de outros cursos de Relações Internacionais.

quais os conhecimentos ganham significado e utilidade para os indivíduos e para a organização para a qual o concurso está sendo realizado. Infelizmente a sociedade brasileira, mais do que outras, têm que conviver com essa distorção que afeta diretamente o processo de educação do intelecto na fase dos estudos universitários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em resumo, na cultura universitária brasileira há o entendimento equivocado de que todos os cursos universitários devem corresponder a profissões. Alguns cursos como Odontologia, Veterinária ou as Engenharias, possivelmente esse pressuposto tenha um sentido mais próximo da realidade, mas a grande maioria das quase uma centena de opções de graduação existente no sistema universitário brasileiro não corresponde a profissões específicas, mas sim a campos de estudo. Apesar da existência de regulamentações oficializadas por lei, na esmagadora maioria dos cursos de graduação oferecidos pela universidade brasileira não é possível identificar habilidades, técnicas e aplicações especificamente relacionadas ao domínio do campo do conhecimento. Tal como ocorreu no caso do estudo das relações internacionais analisado neste trabalho, outros campos do conhecimento também são movidos pela preocupação dos indivíduos e das sociedades no sentido de melhor compreender o mundo em que se vive. Essa compreensão, obviamente, é a que qualifica qualquer indivíduo e qualquer sociedade para melhor se situar dentro de uma realidade dinâmica feita de problemas e oportunidades. Uma disciplina ou área do conhecimento se consolida quando uma classe de fenômenos ganha relevância e passa a exigir tratamento distinto; a procura por um destino profissional é uma consequência. Com efeito, nos anos mais recentes, os mercados de trabalho no mundo têm valorizado cada vez mais o conhecimento das relações internacionais para os postos que, de algum modo, demandam capacidade de compreensão e análise da ordem social, econômica e política. Não parece demasiado afirmar que a procura pelos cursos de Relações Internacionais não decorre do entendimento de que haja uma profissão correspondente a esse campo de es-

tudo mas, antes, do fato inquietante de uma realidade em que, de muitas maneiras, os acontecimentos no plano internacional são cada vez mais relevantes para os vários campos do exercício profissional.

A título de conclusão vale insistir no fato de que o elemento-chave que une o campo de estudo ao sucesso profissional é a qualidade. Apesar de tudo, o tema da qualidade tem sido mais objeto de retórica do que de iniciativas concretas, por essa razão não parece impertinência insistir na idéia de que a qualidade do ensino é sempre fator decisivo, em qualquer área de estudo e em qualquer momento. Aquele que se gradua em um curso pautado pela qualidade e que soube aproveitar as oportunidades de aprender e de construir para si um universo de conhecimentos mais sólido, certamente terá seu espaço profissional garantido em qualquer circunstância. Trata-se de um truísmo que sempre esteve presente na realidade social do mundo moderno, mas que talvez o mundo globalizado tenha tornado mais valorizado. Talvez a realidade cheia de notícias e informações transferidas freneticamente, estimule demais nossa atenção sugerindo que devemos estar a todo momento tentando descobrir qual deverá ser a chave para o sucesso no dia de amanhã. Muito provavelmente essa chave sempre esteve e sempre estará ao alcance de todos: o aperfeiçoamento de suas próprias capacidades e habilidades no uso do intelecto.

O fato é que cada um de nós traz em si, de forma potencial, habilidades e talentos que precisam ser desenvolvidos e aperfeiçoados adequadamente, pelo estudo, pelas leituras e pelo exercício contínuo das capacidades da inteligência. Muitos podem ser esses talentos e essas habilidades e só podemos oferecer ao mundo que nos cerca o que somos e o mundo precisa de todos, desde que estejam bem formados moral e intelectualmente. Esses talentos aparecem de forma visível na capacidade de articular e empregar o conhecimento e na capacidade de expressar as idéias em um ou mais idiomas com precisão, acuidade e mesmo com a elegância necessária para convencer, dissuadir e para tornar o que pensamos e o que conhecemos em algo inteligível e palatável ao interlocutor e à organização à qual eventualmente servimos. Criatividade é, possivelmente, a forma mais completa e acabada de ma-

nifestação do intelecto atento e bem formado. Talvez seja o caso de recuperar a reflexão contida num pequeno livro que era lido pelos jovens há três décadas intitulado “Sidarta”.²⁵ Nele o jovem, depois de ter sido monge mendicante e por muito tempo vivido apenas no mundo da reflexão, resolve voltar a viver no mundo das pessoas comuns e, diante da questão de como ele, que não trazia mais nada além das roupas puídas que vestia e da tigela de arroz de mendicante, poderia vir a ter sucesso na vida mundana que havia abandonado, sua resposta foi simplesmente “... sei pensar, sei jejuar, sei esperar”. Outra metáfora a ser lembrada poderia ser a dos feitos de Ulisses que não fez nenhum curso intitulado “como vencer a guerra contra Tróia” e nem “como vencer as atribulações de uma viagem cheia de tentações, de gigantes ameaçadores, de feitiçarias e de outros imprevistos”, mas tinha a seu favor as virtudes acessíveis a todos os seres humanos: coragem, sagacidade e determinação para vencer obstáculos ao invés de reclamar de sua própria sorte.

Salvador, BA/Abril/2015

²⁵ *Sidarta* foi publicado pela primeira vez em 1922. Especialmente depois do autor ser agraciado com o Prêmio Nobel de 1946, a obra se difundiu pelo mundo sendo feitas inúmeras edições (*Sidarta*, HERMANN HESSE, Editora Record, R. de Janeiro, 2009).